

Provocações de Darcy Ribeiro para economistas

Carla Curty*, Maria Malta** e Wilson Vieira***

Resumo: O presente artigo busca apresentar a análise de Darcy Ribeiro como um intérprete do Brasil a partir de suas contribuições para a questão da formação econômico-social brasileira, de maneira a analisar como essas contribuições podem auxiliar no entendimento de economistas sobre a história econômica do Brasil e suas análises sobre a realidade econômica e social brasileira. Considera-se que nos debates tradicionais sobre a formação econômico-social brasileira, algumas questões, como a questão racial, não são abordadas com profundidade e não são articuladas como elementos importantes para a compreensão da formação econômico-social brasileira e que é importante que economistas tragam essa questão para a centralidade de suas análises, como Darcy Ribeiro o fez.

Palavras-chave: Darcy Ribeiro. Formação Econômico-Social Brasileira. Questão Racial.

Abstract: This paper seeks to present the analysis of Darcy Ribeiro as an interpreter of Brazil based on his contributions to the issue of the Brazilian socioeconomic formation, in order to analyze how these contributions can help economists' comprehension of the economic history of Brazil and their analyses of the Brazilian economic and social reality. It is considered that in the traditional debates on the Brazilian socioeconomic formation, some issues, such as the racial issue, are not deeply addressed and are not articulated as important elements for the understanding of the Brazilian socioeconomic formation, and that it is important that economists bring this issue to the center of their analyses, as did Darcy Ribeiro.

Key words: Darcy Ribeiro. Brazilian Socioeconomic Formation. Racial Issue.

Resumén: Este trabajo pretende presentar el análisis de Darcy Ribeiro como un intérprete de Brasil a partir de sus contribuciones a la cuestión de la formación socioeconómica brasileña para analizar cómo estas contribuciones pueden ayudar a la comprensión de la historia económica de Brasil por parte de los y las economistas y a sus análisis de la realidad económica y social brasileña. Se considera que en los debates tradicionales sobre la formación socioeconómica brasileña algunas cuestiones, como la cuestión racial, no se abordan en profundidad y no se articulan como elementos importantes para la comprensión de la formación socioeconómica brasileña, y que es importante que los economistas lleven esta cuestión al centro de sus análisis, como hizo Darcy Ribeiro.

Palabras clave: Darcy Ribeiro. Formación Socioeconómica Brasileña. La Cuestión Racial.

* Economista, Professora do Instituto Três Rios (ITR) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pesquisadora do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

** Economista, Professora do Instituto de Economia (IE) da UFRJ, Coordenadora do LEMA.

*** Economista, Professor do IE-UFRJ, Pesquisador do LEMA, Vice Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia (LEHC) da UFRJ.

Introdução

Neste ano em que se comemora o centenário de nascimento de Darcy Ribeiro, acreditamos que seja importante não somente celebrar o autor, o homem e seu pensamento, mas também atualizarmos sua obra e suas contribuições, pensando novos diálogos e marcando a atualidade de suas questões.

É inegável a importância de Darcy Ribeiro para a história do pensamento social brasileiro e para o entendimento do que é o Brasil e suas questões. Darcy Ribeiro foi um importante intérprete do Brasil e um intelectual orgânico, de expressão e atualidade marcantes. Mas e para a economia e para a formação dos e das economistas no Brasil, qual a relevância das contribuições de Darcy Ribeiro?

Na formação de economistas no Brasil, em especial quando pensamos os conteúdos de história econômica e formação econômica do Brasil, os e as economistas têm contato com algumas interpretações do Brasil e suas questões. No entanto, alguns pontos importantes ficam de fora desse movimento, como as dimensões étnico-raciais e o processo de configuração do “povo brasileiro”; questões essas que são centrais nas obras de Darcy Ribeiro. Por isso, e para além dos evidentes ganhos com interações acadêmicas interdisciplinares, acreditamos ser relevante construir um diálogo e mediações entre Darcy Ribeiro e os e as economistas.

Neste trabalho, pretendemos apresentar este diálogo (crítico) entre Darcy Ribeiro e as questões da história econômica e da formação econômico-social brasileira, passando por um diálogo entre Darcy Ribeiro e alguns dos principais nomes da história do pensamento econômico brasileiro (HPEB), como Celso Furtado, Caio Prado Junior e Roberto Simonsen. Nesse movimento, pretende-se revelar como algumas questões centrais para a compreensão do que é o Brasil e de sua formação econômico-social estão ausentes nas obras desses autores, ou presentes de maneira a reproduzir a visão tradicional, moldada pela visão racial dominante (marcada por sua branquitude e posição social) sobre a questão racial; e como as contribuições de Darcy podem ser boas provocações para repensarmos as questões da formação econômico-social brasileira na formação e análise dos e das economistas.

Darcy Ribeiro como um intérprete do Brasil

A categoria *intérprete do Brasil* esteve e está em disputa. Houve momentos em que se considerou que intérpretes do Brasil seria uma categoria criada por Antônio Cândido para a tríade dos anos 1930 (ARRUDA; VILLARINO, 2016) – Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. Essa visão é um tanto

defendida na escola de sociologia da Universidade de São Paulo (USP), mas não sem contrapontos.

Os intérpretes do Brasil também já foram vistos como autores que se colocam como agenda enfrentar a questão da formação (ARANTES; ARANTES, 1997), cujas obras surgiram entre os anos 1880 (movimentos abolicionista e republicano) e 1930 (entre guerras, República Velha, varguismo, anarquismo, comunismo, integralismo...) e que possuem a forma de ensaio. Ricupero (2011) ainda acrescenta que tais trabalhos começam com um grande balanço histórico para realizar uma análise de conjuntura e fecham com um programa político sobre como superar os problemas do país. É esse mesmo autor quem vai chamar atenção para o fato de que os anos 1930 são anos de transição entre o gênero ensaístico e o gênero mais monográfico, em virtude de ser o período de formação mais sistemático da universidade brasileira. A universidade ganha importância e muda o padrão de reflexão no país.

Concordando com cada passo dado pelos autores supracitados para a construção da categoria de intérpretes do Brasil e com a identificação de suas obras de interpretação do Brasil, gostaríamos de adendar uma reflexão. Há uma relação entre forma e conteúdo nesses trabalhos. Trata-se de trabalhos que combinam o livre pensar e o embasamento autoral com uma crescente tradição de pesquisa histórica teórica e empírica. A forma ensaio é a que permite essa articulação. Parece-nos falacioso supor, e esta hipótese é um tanto corriqueira, em especial entre economistas, que a forma monográfica teria maior rigor “científico”¹, especialmente visto que padece de maior especialização e, talvez por isso, tenha menor compreensão da totalidade, ou seja, de como o específico se insere no movimento mais amplo. Como se pode perceber no texto de Arruda e Villarino (2016), o ensaio tem uma linguagem redonda porque um problema é posto no início do ensaio que é discutido, e, depois, volta-se a ele para concluir sobre o problema já trabalhado. Essa forma é, portanto, bastante convidativa para as formulações dialéticas de natureza histórica que pretendem compreensões de realidades concretas.

Nesse sentido, afirmamos que os ensaios que buscam compreender a formação do Brasil transbordam e até transcendem os anos 1930, visto que trazem em si a questão da modernidade no Brasil, que é a busca na história e comparação com outros Estados nacionais da tentativa de responder à pergunta sobre o que há de original no Brasil. É fato que o período indicado por Ricupero é aquele em que a força da preocupação com a diferenciação e com o estabelecimento de um quadro social mais autônomo, nacional, que contraporia o Brasil à sua origem colonial,

¹ Vale, neste caso, indicar a importância de se discutir o conceito de ciência nas ciências sociais (LOWY, 2003, 2009).

pensada como uma construção da ruptura com vários tipos de domínio, se expressa com mais profundidade. O objeto de reflexão é o Brasil de cada um dos “hoje”, como se chegou até ali.

Esse compromisso e interesse permanece e transparece em um número significativo de intelectuais brasileiros ao longo do século XX, de forma cada vez mais rarefeita com o caminhar do século, mas é retomado por intelectuais críticos nas primeiras décadas do século XXI, em especial a partir da crise de 2007/2008.

A propósito de Darcy Ribeiro, autor tão comprometido com compreender o Brasil que passou sua vida dedicado a criar uma nova antropologia que correspondesse a uma “teoria geral” de Brasil (RIBEIRO, 1995), como ele mesmo denomina no prefácio ao seu *O Povo Brasileiro*, precisamos nos perguntar o que é a vida intelectual em contextos periféricos? Como a relação entre o localismo e o cosmopolitismo da cultura brasileira se expressa como marco de uma forma de se pensar o Brasil, as suas leis gerais e o problema de sua formação?

Nos anos 1990, talvez Darcy, além do próprio Antônio Cândido, fosse o único sobrevivente da geração com a qual Antônio Cândido se identifica no seu super-referenciado prefácio ao *Raízes do Brasil* (CÂNDIDO, 2016), de Sergio Buarque de Holanda, a geração influenciada ao longo de sua formação pelos trabalhos da tríade modernista dos anos 1930. E não foge à radicalidade do ensaio modernista, mesmo quando a modernidade já havia sido declarada *status quo*, e não mais vanguarda. Essa radicalidade se relaciona com algo que ainda não havia sido superado, dialeticamente, pela pós-modernidade: uma relação entre o movimento modernista e a ruptura com a “metrópole”, quando a vida intelectual passa a ser expressa não mais pela norma culta portuguesa, mas pela coloquialidade e a oralidade do estilo moderno de brasileiro, período em que também a africanidade entra na literatura brasileira. Darcy Ribeiro ainda vai incluir a reflexão sobre a importância do indígena na formação e no sentido do Brasil, pelos seus anos de estudos etnológicos e antropológicos, inclusive em campo. Seu trabalho, em conjunto, e sua obra *O Povo Brasileiro: a Formação e o Sentido do Brasil* (1995), em particular, são a expressão completa do compromisso que um intérprete do Brasil possui: buscar compreender o Brasil para transformá-lo, sem se eximir de apresentar uma proposta de futuro.

O autor mineiro não tem dúvida ao afirmar que “[...] faço política e faço ciência movido por razões éticas e por um profundo patriotismo” (RIBEIRO, 1995, p. 15). Diz não pretender realizar uma análise isenta, mas sim participante, “[...] que aspira influir sobre as pessoas e ajudar o Brasil” (RIBEIRO, 1995, p. 15).

Darcy se afirma como uma expressão genuína de um intérprete do Brasil e buscou apontar as nossas singularidades de forma positivada, ainda que crítica, não mais pela

perspectiva da ausência, “o que não tínhamos”. Supera a visão lacunar e incompleta e inova na resposta ao sentido que tem este país ao afirmar que é de sua destruição, vivida historicamente pelas violências constantes da invasão, da exploração, da escravização e do imperialismo, que constitui-se a viabilidade de um “povo novo”, capaz de tudo por meio da transfiguração étnica de uma nova etnicidade englobadora de todos os que a formam, ainda que demarcadas as diferenças na forma de participação dos dominadores e dos dominados nesse amargo processo.

Assim, a “teoria geral” do Brasil de Darcy é uma legítima representante da produção de uma vida intelectual em contextos periféricos, com suas particularidades e com seu sentido todo permeado por influências externas. Traz, desse modo, contribuições ao pensamento dos economistas, “antropofagado” à moderna, em estilo crítico e utilizando problemas específicos para reconstruir os fundamentos de nossa história em uma interpretação totalizante.

Na história do pensamento econômico brasileiro e na formação e atuação de economistas, as questões caras às interpretações do Brasil, em especial no que concerne à formação econômico e social brasileira, aparecem especialmente nos estudos sobre a história econômica do Brasil, área marcada pelas contribuições de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado (BORJA, 2022). Devemos compreender como essas análises canônicas sobre a história econômica do Brasil se apresentam, formando a base da compreensão de economistas sobre a formação econômica e social brasileira, para vermos como esse campo pode dialogar com as contribuições de Darcy Ribeiro e sua interpretação do Brasil.

A questão racial nos pioneiros do campo da história econômica do Brasil: Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado

Dentro da produção teórica dos pioneiros do campo da história econômica do Brasil, a questão racial levantada e refletida por Darcy Ribeiro não é discutida, mostrando-se como uma grande ausência, como podemos observar nas reflexões de Roberto Simonsen e Celso Furtado, ou é trabalhada de maneira a reproduzir análises tradicionais sobre a questão racial, que trazem em si a marca da visão racial dominante, caracterizada por sua branquitude e posição social, como no caso de Caio Prado Júnior².

2 Não estamos aqui propondo uma alcunha descolada do tempo histórico no qual Caio Prado Júnior apresenta sua interpretação sobre a história econômica do Brasil. Clóvis Moura, autor contemporâneo à Caio Prado Júnior, em estudos que começam anos 1940 e 1950, já apresenta uma análise sobre a importância da população negra nos processos de luta da classe trabalhadora no Brasil. Em sua obra

[...] o grande ideólogo do desenvolvimentismo. Empresário, engenheiro e economista, Simonsen inseriu-se na vida política nacional através dos postos de comando que assumiu nas entidades representativas do empresariado industrial. Foi vice-presidente do Centro Industrial de São Paulo, logo após sua inauguração, em 1928. Foi presidente, em 1935 e 1936, da Confederação Industrial do Brasil (transformada posteriormente, na Confederação Nacional da Indústria) e presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, entre 1937 e 1945. Em 1937, fora membro provisório do Conselho Federal do Comércio Exterior, como representante do empresariado industrial e, em 1944, foi membro do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Foi deputado 'classista' na Assembleia Constituinte de 1934 e, eleito senador pelo PSD em 1945, participou também da Constituinte de 1946. Dentro dessa participação política, Simonsen aprimora sua concepção desenvolvimentista e milita pela sua disseminação através da criação de entidades de estudos e de discussão em diferentes organismos que atuava, da organização e participação de diversos encontros nacionais, da divulgação dessas ideias através de vários artigos e conferências, sempre pela defesa da industrialização como caminho de superação do atraso brasileiro.

Dentro dessa intensa atuação, Simonsen funda o campo de estudos da história econômica do Brasil através da introdução da disciplina de história econômica do Brasil na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP) em 1933, da qual foi um dos primeiros docentes, e com a publicação do livro *História Econômica do Brasil* (lançado em 1937 em dois volumes). Tanto na disciplina quanto no livro, o referido teórico se torna o primeiro a contestar a ideia de que a sociedade brasileira fora feudal no período colonial, vendo-o, ao contrário, somente como a história do comércio realizado entre a metrópole e a sua colônia de bens produzidos/extraídos que interessavam à coroa como lucrativos no mercado europeu e que eram cíclicos (pau-brasil, cana de açúcar, metais preciosos)³, além de corroborar de maneira

Rebeliões da Senzala (2020a [1959]) e, posteriormente, em *Sociologia do Negro Brasileiro* (1988), como em outras obras, vai apontar os problemas na forma como a questão racial aparece (ou está ausente) nos debates sobre a configuração do mercado de trabalho no Brasil, em especial após a abolição. Assim, ainda que esses apontamentos sobre problemas como a questão racial que aparecem na obra de Caio Prado Júnior tenham ganhado mais força mais contemporaneamente – desde os anos 1980, como em *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (2020a [1981]), de Lélia Gonzalez, por exemplo – nos apontamentos dos coletivos, movimentos e intelectuais negros, essa era uma questão reivindicada já nos anos 1940 e 1950, época contemporânea aos escritos de Caio Prado Junior. É verdade, no entanto, que essas reivindicações e apontamentos ficaram invisibilizados e ocultados por muitas décadas. Assim, consideramos que Caio Prado, ainda que fosse um autor crítico em diversas esferas, no que concerne às questões raciais, apresenta a visão racial dominante, marcada por sua branquitude e posição social.

3 A ideia de ciclo foi introduzida primeiramente pelo próprio Simonsen, emprestada de João Lúcio

mais aprofundada suas críticas ao modelo primário-exportador (as quais já fazia no decorrer da Primeira República), em especial das políticas de defesa do café iniciadas em 1906 com o Convênio de Taubaté, que via como causa da socialização das perdas (refletindo-se na carestia sofrida pela maioria da população) e da privatização dos ganhos para a burguesia cafeeira.

A partir desse diagnóstico, Simonsen defende a industrialização como caminho de superação da pobreza e do atraso brasileiro, através de um projeto com forte apoio governamental: protecionismo, planejamento, participação direta do Estado em atividades econômicas nas quais a iniciativa privada não se fizesse presente. Além desse apoio governamental, ele também defendia a criação de bancos industriais.

Essa defesa da industrialização como caminho para a superação do atraso brasileiro o faz ser considerado como um dos precursores do desenvolvimentismo, cabendo destacar também a controvérsia com Eugênio Gudín – economista liberal e crítico da industrialização planejada – em 1944.

Dentro da reflexão pioneira de Simonsen, portanto, a questão racial não se faz presente no campo da história econômica do Brasil, pois a escravidão da população africana é vista somente no prisma de fornecimento de mão de obra.

Caio Prado Júnior (1907-1990)

Caio Prado Júnior é comumente visto como o introdutor do marxismo no pensamento social brasileiro⁴, cabendo destacar a sua consagrada tese do sentido da colonização, isto é, o de que a colonização ocorreu já inserida no capitalismo e que por isso seu sentido era o comércio, indo contra (tal como Simonsen) a tese da existência de um feudalismo no período colonial.

Essa tese é apresentada pela primeira vez em *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia* (publicado em 1942⁵), partindo do fato de que a colonização portuguesa na América se insere em um quadro de novo equilíbrio europeu a partir da expansão ultramarina do século XV, na qual os “descobrimientos” nada mais são do que um capítulo da história do comércio europeu. Segundo Prado Junior (2011, p. 20):

A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América; e inversamente, o

de Azevedo, historiador português, inaugurando uma tradição na historiografia brasileira. Para mais detalhes, ver Freitas Filho (1988).

4 Segundo Ricupero (2000), Caio Prado Junior é considerado o introdutor do marxismo no Brasil, mas, segundo Pinheiro (2022), os introdutores do marxismo no Brasil foram Mário Pedrosa e Octávio Brandão.

5 Utilizamos a edição de 2011 nas citações.

prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis. A ideia de ocupar, não como se fizera até então em terras estranhas, apenas como agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em simples feitorias destinadas a mercadejar com os nativos e servir de articulação entre as rotas marítimas e os territórios ocupados; mas ocupar com povoamento efetivo, isto só surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas. Aliás nenhum povo da Europa estava em condições naquele momento de suportar sangrias na sua população, que no século XVI ainda não se refizera de todo das tremendas devastações da peste que assolou o continente nos dois séculos precedentes.

Nesse processo, portanto, segundo o autor, o comércio explica a nossa formação e dá sentido à colonização, além de moldar nossa vida econômica, política e social, visto que as atividades ligadas ao mercado interno eram subsidiárias do sentido da colonização.

Prado Junior ainda chama a atenção para o caráter explorador de nossa colonização ao mostrar a existência de colônias de povoamento na América do Norte, formadas a partir das lutas político-religiosas na Europa e das transformações econômicas da Inglaterra ocorridas por causa dos cercamentos, além das condições naturais semelhantes àquela do Velho Continente, ao contrário das colônias de exploração, que repelem o colono que vem como simples povoador devido às condições naturais muito diferentes daquelas da Europa. Nesse processo, o colono europeu viria ocupar os trópicos americanos como dirigente da produção e só a contragosto ocuparia como trabalhador, pois outros trabalhariam para ele.

A respeito do trabalho nas colônias de exploração, o historiador e geógrafo observa que as Antilhas Inglesas contaram inicialmente com mão de obra branca, que foi sendo substituída por mão de obra africana escravizada. Em relação às colônias portuguesas e espanholas, Prado Junior (2011, p. 27) afirma:

Nas demais colônias tropicais, inclusive o Brasil, não se chegou nem a ensaiar o trabalhador branco. Isto porque nem na Espanha, nem em Portugal, a que pertencia a maioria delas, havia, como na Inglaterra, braços disponíveis e dispostos a emigrar a qualquer preço. Em Portugal, a população era tão insuficiente que a maior parte do território se achava ainda, em meados do século XVI, inculca e abandonada; faltavam braços por toda parte, e empregava-se em escala crescente mão de obra escrava, primeiro dos mouros, tanto dos que tinham sobrado da antiga dominação árabe como dos aprisionados nas guerras que Portugal levou desde princípios do século XV para seus domínios do norte da África; como depois, de negros africanos, que começam a afluir para o reino desde meados daquele século. Lá por volta de 1550, cerca de 10% da população de Lisboa era constituída de escravos negros. Nada havia portanto que provocasse no reino um êxodo da população; e é sabido como as expedições do

Oriente depauperaram o país, datando de então, e atribuível em grande parte a essa causa, a precoce decadência lusitana.

Além disso, portugueses e espanhóis, particularmente estes últimos, encontram nas suas colônias indígenas que se puderam aproveitar como trabalhadores. Finalmente, os portugueses tinham sido os precursores, nisto também, desta feição particular do mundo moderno: a escravidão de negros africanos; e dominavam os territórios que os forneciam. Adotaram-na por isso em sua colônia quase de início – possivelmente de início mesmo –, precedendo os ingleses, sempre imitadores retardatários, de quase um século.

A partir dessa reflexão, Prado Junior (2011, p. 28) confirma o sentido da colonização:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.

Dentro dessa visão, Prado Junior então conclui que um caráter mais estável, permanente, orgânico de uma sociedade própria e definida se revelaria aos poucos, abafado pelo sentido da colonização.

Quanto à questão racial especificamente, o autor não lhe dá nenhuma centralidade e nem rompe com a visão tradicional, principalmente aquela ligada a Nina Rodrigues (1931) e a Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala* (2006 [1933]), a qual coloca o branco como raça superior e o negro e o índio como raças inferiores, como podemos observar em diversas passagens, das quais destacamos primeiramente a seguinte, em Prado Junior (2011, p. 114):

A classificação étnica do indivíduo se faz no Brasil muito mais pela sua posição social; e a raça, pelo menos nas classes superiores, é mais função daquela posição que dos caracteres somáticos. É conhecida a anedota de Koster, que chamando a atenção de um seu empregado, aliás, mulato, para a cor carregada e mais que suspeita de um capitão-mor, obteve a singular resposta: “Pois, senhor, capitão-mor pode lá ser mulato?”

É graças a essa espécie de convenção tácita que se harmonizava o preconceito de cor, paradoxalmente forte nesse país de mestiçagem generalizada, com o fato, etnicamente incontestável, da presença de sangue negro ou índio nas pessoas melhor qualificadas da colônia.

Observamos de maneira mais patente essa posição em Prado Junior (2011, p. 289):

A contribuição do escravo preto ou índio para a formação brasileira é, além daquela energia motriz, quase nula. Não que deixasse de concorrer, e muito, para a nossa “cultura”, no sentido amplo em que a antropologia emprega a expressão; mas é antes uma contribuição passiva, resultante do simples fato da presença dele e da considerável difusão do seu sangue, que uma intervenção ativa e construtora. O cabedal de cultura que traz consigo da selva americana ou africana, e que não quero subestimar, é abafado, e se não aniquilado, deturpa-se pelo estatuto social, material e moral a que se vê reduzido seu portador. E aponta por isso apenas, muito timidamente, aqui e acolá. Age mais como fermento corruptor da outra cultura, a do senhor branco que se lhe sobrepõe.

É a esta passividade aliás das culturas negras e indígenas no Brasil que se deve o vigor com que a do branco se impôs e predominou incontestemente, embora fosse muito reduzida, relativamente à das outras raças, a sua contribuição demográfica. O negro e o índio teriam tido certamente outro papel na formação brasileira, e papel amplo e fecundo, se diverso tivesse sido o rumo dado à colonização; se se tivesse procurado neles, ou aceitado uma colaboração menos unilateral e mais larga que a do simples esforço físico.

Dessa análise podemos depreender que a grande inovação analítica trazida por Prado Junior para entendermos a colonização nos trópicos (América tropical e em especial a América portuguesa) coloca a escravidão como parte da engrenagem da vasta empresa colonial e ao mesmo tempo não rompe com a visão tradicional da questão racial.

Celso Furtado (1920-2004)

Celso Furtado também é um inovador no campo da história econômica do Brasil ao utilizar instrumental keynesiano para explicar a economia colonial em *Formação Econômica do Brasil* (1959)⁶, livro que continua a linha interpretativa que enfatiza a estrutura exportadora da economia colonial⁷ com uso de mão de obra escrava, caminhando muito próximo de Caio Prado Junior ao analisar a economia colonial inserida no capitalismo e, portanto, indo também contra as teses defensoras da existência de um feudalismo no período colonial⁸.

6 O livro *Formação Econômica do Brasil* (1959) se constitui na culminação das reflexões de Celso Furtado no campo da história econômica do Brasil e que teve início na sua tese de doutorado – *A Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII* (2001 [1948]) e continuou no artigo *Características Gerais da Economia Brasileira* (1950) e nos livros *A Economia Brasileira* (1954) e *Uma Economia Dependente* (1956).

7 Furtado diferencia economia colonial de economia primário-exportadora (relativa ao período após a independência).

8 Segundo Freitas Filho (1988, p. 16): “Da interpretação de Furtado se depreende ainda que a economia escravista, por apresentar uma produção voltada para o exterior, com alto grau de especialização, além de efetuar pagamentos de natureza monetária, não podia ser confundida com uma unidade de produção feudal”.

Dentro do abordado por esse livro cabe destacar também a discussão da questão da mão de obra no século XIX, incluindo o trabalho escravo e os desdobramentos de sua abolição. No entanto, não é discutida a questão racial propriamente dita, somente dentro de uma análise econômica, como podemos observar no capítulo 24 (“O Problema da Mão de Obra. IV. Eliminação do Trabalho Escravo”), no qual se afirma que, no Brasil do século XIX, prevalecia a ideia de que o escravo era uma “riqueza” e que a abolição da escravatura acarretaria o empobrecimento do setor da população responsável pela criação de riqueza no país.

Furtado também chama a atenção nesse capítulo para o fato de que havia a ideia de que a abolição traria a “liberação” de vultosos capitais, uma vez que o empresário não precisaria imobilizar em força de trabalho ou na comercialização de escravos importantes porções de seu capital. Contudo, o autor explica que a abolição da escravidão não constitui nem criação e nem destruição de riqueza, mas sim uma redistribuição da propriedade dentro de uma coletividade. Furtado (2007, p. 199-201)⁹, complementando sua análise, afirma:

À semelhança de uma reforma agrária, a abolição da escravatura teria de acarretar modificações na forma de organização da produção e no grau de utilização dos fatores. Com efeito, somente em condições muito especiais a abolição se limitaria a uma transformação formal dos escravos em assalariados [ao nível de subsistência]. [...]. O caso extremo oposto seria aquele em que a oferta de terra fosse totalmente elástica: os escravos, uma vez liberados, tenderiam, então, a abandonar as antigas plantações e a dedicar-se à agricultura de subsistência. Neste caso, as modificações na organização da produção seriam enormes, baixando o grau de utilização dos fatores e a rentabilidade do sistema. Esse caso extremo, entretanto, não poderia concretizar-se, pois os empresários, vendo-se privados da mão de obra, tenderiam a oferecer salários elevados, retendo por essa forma parte dos ex-escravos. A consequência última seria, portanto, uma redistribuição da renda em favor da mão de obra.

No Brasil, no entanto, o autor afirma que não houve nenhum dos dois casos extremos, pois na região açucareira os escravos libertos ficaram nas propriedades, e nas regiões cafeeiras (São Paulo em particular) se limitaram ao ganho de suas necessidades. Sobre este ponto especificamente, Furtado (2007, p. 203-204) afirma:

As vantagens que apresentava o trabalhador europeu com respeito ao ex-escravo são demasiadamente óbvias para insistir sobre elas. Todavia, se bem não tenha havido um forte incentivo para que os antigos escravos se deslocassem em massa para o planalto paulista, a situação dos mesmos na antiga região cafeeira passou a ser muito mais favorável que a daquelas

9 Utilizamos a edição de 2007 nas citações.

da região açucareira do Nordeste. A relativa abundância de terras tornava possível ao antigo escravo refugiar-se na economia de subsistência. A dispersão, entretanto, foi menor do que se poderia esperar, talvez por motivos de caráter social, e não especificamente econômicos. A situação favorável, do ponto de vista das oportunidades de trabalho, que existia na região cafeeira valeu aos antigos escravos liberais salários relativamente elevados. Com efeito, tudo indica que na região do café a abolição provocou efetivamente uma redistribuição da renda em favor da mão de obra. Sem embargo, essa melhora na remuneração real do trabalho parece haver tido efeitos antes negativos que positivos sobre a utilização dos fatores. Para bem captar esse aspecto da questão é necessário ter em conta alguns traços mais amplos da escravidão. O homem formado dentro desse sistema social está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação de riqueza é praticamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas 'necessidades'. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável, a elevação de seu salário acima de suas necessidades - que estão definidas pelo nível de subsistência de um escravo - determina de imediato uma forte preferência pelo ócio.

Dentro dessa passagem, podemos observar também uma visão tradicional da questão racial, numa linha semelhante àquela de Caio Prado Junior e Gilberto Freyre.

Nas reflexões que Furtado desenvolve em trabalhos posteriores sobre o subdesenvolvimento, o planejamento, a industrialização e a dimensão cultural do desenvolvimento, a questão racial sequer é discutida.

Inserindo Darcy Ribeiro nos debates sobre a formação econômico-social brasileira – provocações para economistas

Como apresentado na seção anterior, uma questão fundamental para compreender a formação econômico-social brasileira, para a configuração do *povo brasileiro*, se quisermos usar o termo de Darcy Ribeiro (1995), a *questão racial*, parece estar ausente ou mal analisada no que forma a compreensão de economistas sobre a história (econômica) do Brasil.

Tradicionalmente, os debates sobre a formação econômico-social brasileira e as chamadas *interpretações do Brasil* têm como ponto de partida o processo de colonização europeia (português). O Brasil só passa a existir como realidade a ser analisada pela historiografia econômica e social a partir da colonização.

De fato, do ponto de vista da economia moderna¹⁰, a integração da economia

10 Utilizamos o termo economia moderna e não especificamente capitalismo para fazer um aceno à controvérsia sobre os modos de produção que se configuraram no Brasil no período colonial. Ainda que

brasileira ao mercado mundial e a configuração da economia brasileira organizada a partir da grande propriedade monocultora, com força de trabalho escravizada e voltada para a demanda dos países centrais, se dão após o empreendimento colonial. Mas isso não significa que não havia nenhuma população ou tipo de sociabilidade aqui antes, ou que não há nenhum resquício desses povos e dessas sociabilidades no que hoje entendemos como Brasil.

Nesse processo de analisar a história econômica brasileira a partir desse empreendimento colonial europeu, mesmo os autores mais críticos caem na falácia de ignorar o que havia de configuração social (e, por que não, econômica) no território que passamos a conhecer como Brasil.

Nesse aspecto, o diálogo da antropologia com a economia se torna necessário. E, mais especificamente, o diálogo dos debates sobre a formação econômico-social brasileira com as interpretações do Brasil, tal como os feitos por Darcy Ribeiro em suas obras: *O Processo Civilizatório* (1968), *As Américas e a Civilização* (1970a), *Os Índios e a Civilização* (1970b), *Os Brasileiros* (1972), *Configurações Histórico-Culturais dos Povos Americanos* (1975), *O Dilema da América Latina* (1978), *América Latina. Pátria Grande* (1985) e *O Povo Brasileiro* (1995), esta última considerada sua grande obra síntese de interpretação do Brasil.

Nessas obras – que, tradicionalmente, se formos pensar nas áreas delimitadas da academia, se encaixariam nas áreas da antropologia e da etnografia e, em alguns casos, como no caso de *O Povo Brasileiro* (1995), podem ser consideradas obras ensaísticas e não textos estritamente acadêmicos – Darcy Ribeiro discorre sobre o seu entendimento relativo a como o *processo civilizatório* se descortinou na América Latina, mais especificamente, no Brasil, de modo a pensar os problemas, dilemas e contradições das relações entre as sociedades em âmbito mundial, o processo de colonização e as relações coloniais, de violência, de genocídio e de escravização nos processos de encontro entre os colonizadores e os povos originários que aqui na América Latina e no Brasil existiam, e os povos que foram trasladados de África pelos colonizadores e que aqui também foram escravizados e dizimados.

Darcy Ribeiro, nessas análises, traz foco para compreender como se forjam sociabilidades específicas aqui na América Latina e no Brasil, especificamente

atualmente seja dominante e consolidada a visão – a partir da formulação de Caio Prado Júnior (2011 [1942]) – de que a economia que se forja aqui é um empreendimento capitalista, organizado a partir das demandas econômicas do centro do capitalismo, logo, um capitalismo de característica dependente, há uma longa controvérsia na historiografia sobre qual seria o modo de produção que aqui se consolida: capitalismo (Caio Prado Júnior, Celso Furtado, autores da teoria marxista da dependência, Florestan Fernandes), feudalismo à brasileira (Nelson Werneck Sodré), dualidade básica brasileira (Ignácio Rangel) ou escravismo colonial (Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso)?

criando um *povo novo*, uma civilização específica, com suas mazelas e seus potenciais revolucionários. Assim, buscar entender como se deu o processo de configuração do povo e da nação no Brasil, quais as relações sociais que se estabeleceram aqui e como os diferentes grupos étnicos e sociais se articularam e interagiram, em relações marcadas por diferenças estruturais de poder e entendimentos de sociabilidade e culturais diferentes.

Nessas análises, Darcy Ribeiro, involuntariamente, lança as seguintes perguntas para a história econômica, perguntas essas que ou não haviam sido levantadas pelos historiadores econômicos, ou não eram consideradas relevantes para se compreender a formação econômico-social brasileira: os processos de escravização (dos povos originários das Américas e dos povos oriundos de África) só devem ser analisados do ponto de vista econômico e da técnica? Não há elementos mais amplos e de consequências significativas nesses processos para a formação econômico-social brasileira (e latino-americana)?

Cabe a economistas abrir espaço para análises sobre o processo de formação econômico-social brasileira que articulem de maneira transdisciplinar os fenômenos da configuração do Brasil e de suas questões. Afinal, a economia política é apenas uma das óticas de configuração e de entendimento da realidade social, múltipla e amplamente interligada. Nas palavras de Aloísio Teixeira, “[...] economia, política, antropologia e sobretudo a história – dos fatos e das ideias – são ângulos específicos e partes organicamente constitutivas da crítica da economia política, e não instrumentos mecanicamente justapostos” (TEIXEIRA, 2011, p. 331).

Cabe a economistas, em especial economistas críticos e críticas à teoria econômica dominante, ampliar o horizonte de sua formação de maneira a poder compreender os fenômenos econômicos em sua articulação com a totalidade da realidade que se pretende analisar. Assim, o recurso às interpretações do Brasil é salutar na formação e análise de economistas – Darcy Ribeiro e suas análises a partir da antropologia e da etnografia em especial, com seu foco nos elementos de configuração da formação do povo e da nação no Brasil, a partir dos elementos culturais, étnicos e raciais e nas formas de sociabilidade que aqui se formam.

Darcy Ribeiro em sua interpretação do Brasil articula classes sociais e a estratificação social existente no Brasil com as inserções étnico-raciais da população brasileira, revelando como classe, poder e raça se articulam de maneira umbilical na configuração e estratificação da sociedade de classes no Brasil; os estratos mais baixos e marginalizados configurando-se majoritariamente pelos descendentes dos sobreviventes aos processos de genocídio e escravização dos povos originários daqui das Américas e dos povos oriundos de África. Darcy Ribeiro (1995) destaca que há

distâncias econômicas, sociais, geográficas e culturais entre os grupos que compõem os estratos mais marginalizados e as classes dominantes.

A partir desse cenário, percebe-se que desigualdade econômica e social no Brasil também se manifesta como desigualdade racial e de poder. Os processos de transição “[...] de colônia a nação independente e de Monarquia a República” ocorrem “[...] sem que a ordem fazendeira seja afetada e sem que o povo perceba. Todas as nossas instituições políticas constituem superfetações de um poder efetivo que se mantém intocado: o poderio do patronato brasileiro” (RIBEIRO, 1995, p. 201).

Darcy Ribeiro, tal como Florestan Fernandes (1973, 1981, 2008, 2011, 2015, 2021), revela que, no processo histórico de configuração da formação econômico-social brasileira (e latino-americana), se forja uma sociedade extremamente estratificada, e que, nessa estratificação, se manifestam diferenciais de poder, econômicos, sociais e culturais e, ainda, que a configuração étnico-racial desses estratos reproduzem, na sociedade contemporânea, os processos de escravização e marginalização econômica, política e social dos povos originários das Américas e oriundos de África.

O moderno que se estabelece aqui na América Latina não rompeu com o *atrasado*, pelo contrário, reproduz o atrasado de maneira a beneficiar a dinâmica de acumulação e os estratos das classes dominantes, majoritariamente brancas. Nas palavras de Darcy Ribeiro (1995, p. 200), “Os subprodutos mais característicos desse sistema foram o coronel fazendeiro e o cabra, gerados socialmente como tipos humanos polarmente opostos, substituídos hoje pelo gerente e pelo boia-fria”.

Essas tipificações sociais que Darcy apresenta como sujeitos polarmente opostos, mas que estão em relação direta e que se forjam como pares dialéticos, mostram, em sua percepção, os limites do desenvolvimento de instituições democráticas de fato aqui no Brasil. Ainda que formalmente existam essas instituições democráticas e que os indivíduos a princípio estejam em pé de igualdade para essas instituições, elas na realidade expressam a hierarquização e estratificação de poder, social e econômica remanescentes das estruturas históricas de configuração da sociedade brasileira, perpassando a Colônia, o Império e agora na República.

A sociedade resultante tem incompatibilidades insanáveis. Dentre elas, a incapacidade de assegurar um padrão de vida, mesmo modestamente satisfatório, para a maioria da população nacional; a inaptidão para criar uma cidadania livre e, em consequência, a inviabilidade de instituir-se a vida democrática. (RIBEIRO, 1995, p. 201).

A democracia no Brasil, para Darcy Ribeiro, é uma farsa, é um mito, é incompatível com a realidade aqui posta. E um dos elementos mais marcantes dessa ausência de democracia está na configuração étnico-racial da sociedade de classes estratificada

no Brasil. Logo, Darcy rompe com a visão dominante de harmonia e democracia racial (*a la* Gilberto Freyre) que invisibiliza os processos de violência e o genocídio (violência sexual, guerras, invasões, escravização, dizimação, exploração etc.) do processo histórico de configuração da sociedade brasileira, ou melhor, na articulação entre os povos colonizadores e os povos originários das Américas e oriundos de África. Darcy Ribeiro dá centralidade a esses processos de violência e exploração em sua análise, em trechos como “Calculo que o Brasil, no seu fazimento, gastou cerca de 12 milhões de negros, desgastados como a principal força de trabalho de tudo que aqui se edificou. Ao fim do período colonial, constituía uma das maiores massas negras do mundo moderno” (RIBEIRO, 1995, p. 203) ou “Ao contrário do que alega a historiografia oficial, nunca faltou aqui, até excedeu, o apelo à violência pela classe dominante como arma fundamental da construção da história” (RIBEIRO, 1995, p. 23).

Ribeiro identifica que o que se forja no Brasil não é uma democracia racial, na qual não há racismo, mas uma sociedade miscigenada com um tipo específico de racismo, o *racismo assimilacionista* (RIBEIRO, 1995), que na aparência integra os não-brancos à sociedade, inclusive levando à apropriação de seus signos culturais e suas produções, aparentemente dando uma maior sociabilidade de integração à população não-branca, mas que, na verdade, enfraquece os processos de luta antirracista e de organização dos povos não-brancos, contribuindo para um apaziguamento das lutas antirracistas e para uma mistificação dos processos de desigualdade racial e suas estruturas.

A ideia de *racismo assimilacionista* de Ribeiro encontra paralelos com a noção de *racismo por denegação* de Lélia Gonzalez (2020b), que se manifesta na América Latina – ou melhor, na Améfrica Ladina, na expressão da autora –, uma forma de racismo herdeira das relações de estratificação e hierarquização que se formaram entre os povos ibéricos (portugueses e espanhóis) e os povos não-brancos (em especial, na relação entre os ibéricos com *mouros e judeus*), que se manifestam em instituições, arranjos sociais, relações sociais de violentos mecanismos de controle social e político dos povos não-brancos e que não precisam de formas explícitas de segregação.

Darcy Ribeiro, em consonância com o que já havia sido apresentado por outros autores e autoras que apresentam interpretações do Brasil, como os já citados Florestan Fernandes (1973, 1981, 2008, 2011, 2015, 2021), Lélia Gonzalez (2020a, 2020b), Clóvis Moura (2019, 2020b), e outros mais recentes como Paixão (2014) e Theodoro (2022), vai analisar como as noções de democracia racial e de ausência de racismo no Brasil na realidade mascaram as estruturas de desigualdade racial e de racismo que se articulam com os elementos estruturais e históricos de configuração da sociedade de classes no Brasil e de hierarquização e estratificação social.

São elementos que, por um lado, velam as contradições e a marginalização dos

segmentos dominados e que, por outro, se configuram como os mecanismos de controle e desmonte da resistência cultural dos grupos marginalizados. Tal situação de contradição e antagonismo de classes, originada nos processos de escravização e genocídio, se reconfigura no capitalismo dependente, mascarando-se como uma situação não-competitiva, harmoniosa. Ela se manifesta concretamente em uma divisão social e racial do trabalho, que reforça a hierarquização a partir da estrutura social estratificada e que garante os mecanismos de acumulação de capital, exploração e expropriação dos estratos mais marginalizados.

Nesta sociedade que aqui se forma, Darcy Ribeiro identifica um traço específico na *identidade do povo brasileiro*. Uma identidade que se forja na miscigenação (marcada pela violência) e na ausência de uma identidade nacional em si, mas que configura uma maneira *inventiva*, própria, de se colocar no mundo, uma identidade que se constrói a partir de um processo violento e opressor no encontro entre as chamadas matrizes étnicas formadoras – o branco colonizador/dominador/opressor, e os povos escravizados e dizimados, povos originários das Américas e oriundos de África.

Essas matrizes étnicas se relacionam não com o sentido de forjar uma sociedade, de cidadãos, mas, sim, a partir da “primazia do lucro sobre a necessidade” (RIBEIRO, 1995, p. 404), configurando um sistema econômico movido pela dinâmica do mercado externo, sem atenção para as necessidades de produção e de reprodução das condições de existência internas (esse argumento encontra muitas semelhanças com a caracterização do *sentido da colonização* de Caio Prado Junior [(1942) 2011]), ou seja, forma-se um mercado produtor pautado pelos interesses e dinâmica do centro do capitalismo.

Essa identidade se manifesta no que Darcy vai chamar de *ninguendade*, uma identidade que é fruto da desconstrução étnica das nossas matrizes formadoras, configurando uma nova cultura própria.

Em suas palavras, “O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da ninguendade de não-índios, não-europeus e não-negros, que eles se vêem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira” (RIBEIRO, 1995, p. 131). E segue:

Nós, brasileiros, nesse quadro, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já q aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem consciência de si, afundada na *ninguendade*. Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros. (RIBEIRO, 1995, p. 410, grifos do autor).

Dessa ideia de *niguendade*, Darcy Ribeiro traz uma conclusão otimista com relação às possibilidades e capacidades do povo brasileiro e do povo latino-americano, pois aponta para o potencial inovador e criativo dessa identidade de não-povo, que poderia marcar a fundação de uma nova civilização, junto com os demais latino-americanos, uma civilização mais alegre, generosa e humana.

Somos povos novos ainda na luta para nos fazermos a nós mesmos como um gênero humano novo que nunca existiu antes. Tarefa muito mais difícil e penosa, mas também muito mais bela e desafiante.

Na verdade das coisas, o que somos é a nova Roma. Uma Roma tardia e tropical. O Brasil é já a maior das nações neolatina, pela magnitude populacional, e começa a sê-lo também por sua criatividade artística e cultural. Precisa agora sê-lo no domínio da tecnologia da futura civilização, para se fazer uma potência econômica, de progresso autossustentado. Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades. Mais generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra. (RIBEIRO, 1995, p. 411).

Considerações finais

Darcy Ribeiro, com a ideia de *ninguendade* e a formação do povo brasileiro, pensa o processo de formação do Brasil não somente tendo como ponto de partida os colonizadores europeus, mas, sim, dando centralidade para os povos originários em suas análises e para as relações e articulações entre os colonizadores e colonizados, dominadores e dominados, diferentemente do que é feito tradicionalmente na história econômica e nos debates sobre o processo de formação econômico-social brasileira. Ainda que seja possível apontar as limitações de suas análises no que tange às questões raciais, ao certo tom paternalista que muitas análises de antropologia e etnografia sobre os povos originários e negros feitas por intelectuais brancos possam ter, suas contribuições são necessárias para pensarmos um olhar mais crítico e transformador da realidade brasileira (e latino-americana).

Ao destacar como os processos de violência se articularam na configuração das relações de classes estratificadas no Brasil e como essas relações se reproduzem e se agudizam nas estruturas e superestruturas da sociedade e da economia brasileiras, reforça-se uma análise não-harmônica e não-tecnicista sobre os processos de desigualdades da sociedade e da economia brasileiras (e latino-americanas).

Apesar desse cenário estrutural do Brasil marcado pela violência e pela desigualdade, como podemos ver com a última citação, Darcy era um otimista com

relação às possibilidades de criação do novo e transformações e revoluções aqui no Brasil e na América Latina. Talvez essa seja uma das grandes qualidades de suas provocações (não só para economistas), mas ao mesmo tempo um de seus pontos falhos, ainda mais se observarmos a realidade brasileira e latino-americana dos últimos anos.

Como um intelectual orgânico, sempre associando sua contribuição teórica com sua intervenção como homem público, articulado com o que entendia ser os interesses da classe trabalhadora e do povo brasileiro, suas intervenções públicas e teóricas foram no sentido de assentar o que ele via como as melhores formas de entendimento dos dilemas do Brasil e de solução para suas questões. No entanto, como homem público, sempre buscou travar suas lutas e suas intervenções dentro da institucionalidade do Estado democrático de direito burguês, o que carrega em si limitações de transformações e esbarra nos limites “do possível” e das reformas.

O que sua obra e sua práxis podem mesmo ajudar a entender é a realidade brasileira e latino-americana e como suas estruturas e instituições são forjadas de maneira a limitar as possibilidades de transformação dentro da ordem, assim como a limitar as possibilidades de reformas e a radicalidade destas.

Talvez o que falte para que o Brasil, a América Latina e suas classes trabalhadoras possam dar o salto transformador que Darcy Ribeiro, com muita esperança, acreditava ser possível, seja irmos mais a fundo nas análises sobre o capitalismo dependente e desigual que se forma e se rearticula em sociedades com passado colonial e escravocrata. E que essas questões estejam na centralidade das lutas das classes trabalhadoras no Brasil e na América Latina; afinal, as classes trabalhadoras não são sujeitos abstratos, mas possuem gênero, raça, entre outros marcadores sociais que carregam em si vivências, opressões e questões para a luta que precisam ser articuladas para pensarmos horizontes de superação do capitalismo dependente latino-americano.

Referências

ARANTES, Paulo; ARANTES Otília. **Sentido de formação**: três estudos sobre Antônio Cândido, Gilda de Mello e Souza e Lucio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento; VILLARINO, Leandro Vizin. O conceito de formação em tempos críticos: esboço de reflexão. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., 2016. **Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs**. São Paulo: ANPOCS, 2016.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BORJA, Bruno. A história econômica do Brasil em controvérsia: Roberto Simonsen, Caio Prado Jr. e Celso Furtado. In: MALTA, Maria; LEÓN, Jaime; CURTY, Carla; BORJA, Bruno (Orgs.). **Controvérsias**

- do pensamento econômico brasileiro:** história, desenvolvimento e revolução. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. p. 109-147.
- CÂNDIDO, Antônio, O significado de Raízes do Brasil. In: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 9-21.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.
- FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2011.
- FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil:** aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Global, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.
- FREITAS FILHO, Almir Pita. **A historiografia sobre a formação econômica do Brasil e a problemática do modo de produção escravista colonial:** notas de aula. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, fev. 1988. (Texto Didático nº 35).
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, Celso. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Hucitec; ABPHE, 2001.
- FURTADO, Celso. **Uma economia dependente**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.
- FURTADO, Celso. **A economia brasileira**. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- FURTADO, Celso. Características gerais da economia brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, v. 4, n. 1, p. 7-36, mar. 1950.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções, diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. p. 75-93.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções, diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p. 129-150.
- LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.
- LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala:** quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020a.
- MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020b.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- PAIXÃO, Marcelo. **A lenda da modernidade encantada:** por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-Nação. Curitiba: CRV, 2014.
- PINHEIRO, Filipe Leite. Revisitando as origens da controvérsia da revolução brasileira: um debate entre Octávio Brandão, Mario Pedrosa e Lívio Xavier. In: MALTA, Maria et al. (Orgs.). **Controvérsias do pensamento econômico brasileiro:** história, desenvolvimento e revolução. Rio de Janeiro: Mórula, 2022, p. 149-182.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. Rio de Janeiro: Global, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. **América Latina**. Pátria Grande. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985.
- RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina**. Estruturas de poder e forças insurgentes Petrópolis: Vozes 1978.
- RIBEIRO, Darcy. **Configurações histórico-culturais dos povos americanos**. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 1975.

RIBEIRO, Darcy. **Os brasileiros**. 1 Teoria do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização**. Processo de formação e causas do desenvolvimento cultural desigual dos povos americanos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970a.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970b.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**. Etapas da evolução sociocultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2011.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP; FAPESP; Editora 34, 2000.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.

TEIXEIRA, Aloisio. Posfácio: Uma agenda para a (re)descoberta do Brasil. *In*: MALTA, Maria (org.)

Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA/ Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento, 2011, p. 329-352.

THEODORO, Mário. **A sociedade desigual**: racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.